

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaió – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosângela Teles Carminati Soares	
Andréia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO	335

CAPÍTULO 18

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Data de aceite: 01/05/2021

Maria do Carmo Soares de Almeida

LE@D, UAb (Laboratório de Educação e Ensino a Distância da Universidade Aberta)

Susana Henriques

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) / Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL); Universidade Aberta (UAb)

RESUMO: O presente trabalho de investigação faz parte de um projeto desenvolvido no âmbito curso de Mestrado de Administração e Gestão Educacional da Universidade Aberta sobre o tema “O impacto das lideranças escolares nas práticas educativas do sistema prisional. Estudo de Caso numa escola secundária.” Reconhecendo que um dos aspetos importantes para a inclusão social dos reclusos é a melhoria das suas qualificações a investigação teve como foco o impacto das diretrizes das lideranças escolares de uma escola secundária na educação escolar dos reclusos de um estabelecimento prisional regional da sua área geográfica. Esta investigação consistiu num estudo de caso cujo propósito foi a descrição e a interpretação de uma realidade particular com a aplicação de uma metodologia mista, a qual abrangeu métodos qualitativos - inquérito por entrevista semiestruturada e pesquisa documental – e métodos quantitativos através de um inquérito por questionário fechado. Sobressai que a educação na prisão está sujeita a um

forte controle relacionado com o cumprimento de regras e de procedimentos, para além de se debater com fracos recursos financeiros, físicos e tecnológicos limitando a ação educativa. Esta conjuntura aliada a alguma desvalorização da docência na prisão, concorre para que a educação neste contexto possa ser percecionada como uma segunda prioridade educativa. Estas circunstâncias evidenciam algumas tensões entre a intenção e a ação demonstrada pelas lideranças escolares no estabelecimento de condições para a concretização do direito a educação de qualidade por parte dos reclusos do estabelecimento prisional regional. Tensões com potencial impacto nos processos de inclusão social destes sujeitos.

PALAVRAS - CHAVE: direito à educação, prisão, inclusão social, liderança escolar.

CHALLENGES AND LIMITATIONS TO EDUCATIONAL PRACTICES IN PRISON ESTABLISHMENTS

ABSTRACT: The present research work is part of a project developed in the course of Master's degree in administration and educational management of the Open University on the theme “The impact of school leaders on the educational practices of the prison system. A case study in a secondary school.” Recognizing that one of the important aspects for the social inclusion of prisoners is the improvement of their qualifications, the research focused on the impact of the school leadership guidelines of a secondary school in the school education of inmates of a Regional Correctional Facility in its geographic area. This investigation

consisted of a case study whose purpose was the description and interpretation of a particular reality with the application of a mixed methodology, which covered qualitative methods-inquiry by semi-structured interview and research Documents – and quantitative methods through a closed questionnaire survey. It stands out that education in prison is subject to a strong control related to the fulfillment of rules and procedures, in addition to debating with weak financial, physical and technological resources limiting the educational action. This conjuncture allied to some devaluation of teaching in prison, competes that education in this context can be perceived as a second educational priority. These circumstances show some tensions between the intent and action demonstrated by school leaders in establishing conditions for the realization of the right to quality education by inmates of the prison establishment Regional. Tensions with potential impact on the social inclusion processes of these subjects.

KEYWORDS: right to education, imprisonment, social inclusion, school leadership.

A educação na prisão é um direito de todos, incluindo os sujeitos privados de liberdade, e responsabilidade dos Estados devendo possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades para que os indivíduos possam viver em sociedade de forma autônoma e livre. A ação educativa deve ter em conta as práticas sociais e culturais, as vivências do passado, bem como as necessidades e expectativas dos reclusos, as quais não devem ser defraudadas para que não se corra o risco, tal como afirma Arroyo (2017), da prática pedagógica se resumir a debates sobre métodos, organização, calendarização, processos de avaliação, entre outros, perdendo-se a sua eficácia e a sua finalidade superior. A prisão, apesar da sua estrutura e organização rígida, visa, de forma algo antagónica, a implementação de um processo educativo escolar que proporcione ao indivíduo a estrutura, a autonomia, o dinamismo e as competências de cidadania adequados a um futuro projeto de vida integrado na sociedade livre.

A pesquisa que realizámos consistiu num estudo descritivo, em que a finalidade foi a descrição rigorosa e perceptível do objeto de estudo – o impacto das lideranças escolares de uma escola secundária na educação escolar dos alunos de estabelecimento prisional da mesma área geográfica. Deste modo, a pesquisa foi dirigida a um caso particular e visou a descrição de uma relação, bem como a sua compreensão e interpretação a partir de diferentes perspetivas tendo-se definido o seguinte problema principal de investigação:

- Qual o impacto das diretivas das lideranças escolares de uma escola secundária na educação escolar dos reclusos de um estabelecimento prisional regional da sua área geográfica?

O trabalho de investigação que desenvolvemos assumiu como pressuposto o direito à educação dos reclusos de um estabelecimento prisional regional, acordado por diferentes Estados através de compromissos e declarações conjuntas. E assenta na análise das dificuldades e desafios que se colocam atualmente às lideranças escolares de uma escola secundária e de um estabelecimento prisional da mesma área geográfica, relativamente ao processo educativo de carácter escolar no contexto desfavorável da prisão. Este ponto de

vista está de acordo com os diferentes propósitos do processo investigativo que Hill e Hill (2005) estabelecem como primeiro objetivo de uma investigação - baseada na observação - a procura de explicações e a interpretação de fenómenos de cariz social para a produção de novo conhecimento.

No seguimento do que atrás foi exposto estipulou-se o seguinte objetivo geral para a presente investigação - avaliar o impacto das diretivas das lideranças escolares de uma escola secundária na educação escolar dos reclusos de um estabelecimento prisional regional da sua área geográfica- tendo sido definido, assim, os seguintes objetivos específicos: conhecer a natureza da relação institucional entre o estabelecimento prisional regional e a escola secundária da sua área geográfica; identificar a articulação entre o projeto educativo do estabelecimento prisional regional e o projeto educativo da escola secundária da sua área geográfica; caracterizar a educação escolar do ensino secundário desenvolvida no estabelecimento prisional regional pela escola secundária da sua área geográfica; identificar os desafios e as limitações impostas às orientações educativas das lideranças escolares da escola secundária no estabelecimento prisional regional da sua área geográfica; indicar recomendações com vista à melhoria da qualidade do serviço educativo prestado aos reclusos de um estabelecimento prisional regional, da responsabilidade das lideranças escolares da escola secundária da sua área geográfica.

METODOLOGIA

A atual investigação constitui-se num estudo de caso sendo a particularização o seu propósito fundamental estabelecendo-se como “a estratégia preferida quando se quer responder a questões de ‘como’ e ‘porquê’” (Yin, 1988 apud Carmo & Ferreira, 1998:216) ou quando “se procura algo de muito universal no mais particular” (Erickson, 1986 apud Ponte, 2006:13). Com a mesma perspetiva, Ponte preconiza que um estudo de caso propõe-se a reconhecer: uma entidade bem definida como uma pessoa, um sistema educativo, uma política ou qualquer outra unidade social. O seu objetivo é compreender em profundidade o “como” e os “porquês” dessa entidade, evidenciando a sua identidade e características próprias, nomeadamente nos aspetos que interessam ao pesquisador (Ponte, 2006:2).

Reconhecendo-se, em primeiro lugar, que os estudos de caso “na sua essência, parecem herdar as características de investigação qualitativa” (Meirinhos & Osório, 2010:52) no que diz respeito aos procedimentos metodológicos. E entendendo-os “como um conjunto concertado de operações que são realizadas para atingir um ou mais objetivos, um corpo de princípios que presidem a toda a investigação organizada, um conjunto de normas que permitem selecionar e coordenar técnicas” (Madeleine Grawitz, 1993 apud Carmo & Ferreira, 1998:193) optámos por uma metodologia mista contemplando métodos qualitativos – pesquisa documental e inquérito por entrevista semiestruturada – para além de métodos quantitativos – inquérito por questionário composto por questões fechadas

devido, essencialmente, a limitações temporais para a consecução da investigação. Esta última opção poderá fornecer, eventualmente, uma informação menos detalhada, mas as entrevistas semiestruturadas permitirão obter particularidades da lecionação em meio prisional, julgando-se que estes “discursos são conjuntos de afirmações que concedem densidade simbólica e coerência narrativa ao fenómeno estudado sob diversos pontos de vista” (Torres & Palhares, 2014: 176). Apesar de alguns autores evidenciarem algumas objeções à aplicação conjunta das metodologias qualitativa e quantitativa, seguimos a recomendação de que “um investigador para melhor resolver um problema de pesquisa não tem de aderir rigidamente a um dos dois paradigmas (qualitativo e quantitativo), podendo mesmo escolher uma combinação de atributos pertencentes a cada um deles” (Reichardt & Cook, 1986 apud Carmo & Ferreira, 1998:194). Além disso foi tida em conta a perspectiva de Patton, que defende que uma das condições para que o plano de pesquisa se torne mais consistente é a efetivação de um processo de triangulação envolvendo uma conjugação dos dois tipos de metodologias e de dados obtidos através de diversas fontes para o estudo do mesmo acontecimento (Patton, 1990 apud Carmo & Ferreira, 1998: 198).

A população que serviu de estudo à presente investigação foi um “conjunto de elementos que têm uma determinada característica em comum” (Torres & Palhares, 2014:135). Trata-se nesta investigação do grupo de docentes e de líderes escolares e a nível prisional com responsabilidades na educação de nível secundário no estabelecimento prisional regional e, como tal, os participantes deste estudo de caso foram a diretora da escola secundária, a coordenadora da escola secundária para o ensino na prisão, a diretora do estabelecimento prisional regional da mesma área geográfica e os docentes da escola secundária que lecionam no estabelecimento prisional regional daquela área geográfica. Em relação aos três primeiros foi realizada uma entrevista semiestruturada. De acordo com Carmo e Ferreira as investigações sobre prisões são “exemplo de pesquisa com fortes condicionamentos institucionais (ou grupais), limitações essas que devem ser consciencializadas pelo investigador e por ele partilhadas no relatório final a fim de que os seus resultados possam ser alvo de uma avaliação contextual adequada” (Carmo e Ferreira, 1998:175). Esta situação foi sentida nesta investigação, pois, devido às greves dos guardas prisionais e às múltiplas dificuldades que daí sucederam, a entrevista à diretora do estabelecimento prisional foi respondida por escrito perdendo-se a interação pessoal que enriquece uma conversação.

O inquérito fechado foi aplicado aos docentes através de formulários google e enviado/recebido, de forma ágil, através do correio eletrónico profissional. Como a dimensão do número de professores foi pequena (cinco) considerou-se não ser necessário proceder a um processo de amostragem, razão pela qual este estudo de caso incidiu sobre todos os docentes.

Após a realização das entrevistas, da pesquisa documental e da aplicação dos questionários a informação não ficou logo acessível, pelo foram necessários procedimentos

subse-quentes. Assim, a análise das entrevistas semiestruturadas e da documentação foi efetuada com recurso à análise de conteúdo (Laurence Bardin, 2018), enquanto a análise dos questionários foi realizada a partir do tratamento estatístico dos dados obtidos.

RESULTADOS

Todos os docentes inquiridos são portadores de habilitação ao nível da licenciatura e têm, maioritariamente, idade acima dos 40 anos e uma vasta experiência – mais de dez anos - na lecionação em contexto prisional. A partir dos questionários aplicados a estes docentes é possível aferir o seguinte: os recursos físicos do estabelecimento prisional não são adequados às exigências do currículo educativo; os reclusos não têm um acesso facilitado às tecnologias de informação e comunicação; existe trabalho colaborativo entre os estudantes reclusos; os recursos educativos no estabelecimento prisional não são atualizados; tem lugar um trabalho colaborativo entre o professores, bem como entre o corpo docente que leciona no estabelecimento prisional e os guardas prisionais; subsistem dificuldades no acesso dos reclusos a recursos educativos necessários à sua educação; a liderança escolar apoia os docentes na sua prática letiva em contexto prisional; o plano de formação contínua docente é adequado às necessidades sentidas pelos docentes do estabelecimento prisional; persistem dificuldades na implementação de tarefas/atividades que tenham em conta a experiência escolar dos estudantes reclusos mas, no entanto, aquelas que são desenvolvidas têm em conta a sua experiência de vida e os seus objetivos de futuro; prevalecem constrangimentos na colaboração da direção do estabelecimento prisional com os docentes mas existe uma boa articulação entre as lideranças escolares com a primeira; as regras e os procedimentos do sistema prisional limitam e condicionam o trabalho escolar desenvolvido pelos docentes junto dos reclusos e as transferências entre estabelecimentos prisionais prejudicam o trabalho educativo com os reclusos; o projeto educativo da escola contempla a especificidade da educação em contexto prisional segundo a opinião dos docentes mas denota-se uma incoerência quando são questionados acerca da explicitação do ensino na prisão nos documentos orientadores da escola, do qual o projeto educativo faz parte; a educação dos reclusos contempla de forma satisfatória a área da cidadania e dos direitos humanos; as planificações das tarefas/atividades têm em conta as características da educação de adultos; a maioria dos docentes não tem uma opinião formada sobre a importância das tecnologias de informação e comunicação na educação dos reclusos; a educação na prisão é considerada relevante para a reinserção social dos reclusos e estes reconhecem a importância da educação em contexto prisional. Finalmente, torna-se necessário referir que dos resultados obtidos a partir da aplicação do questionário fechado aos docentes não foi possível inferir os seguintes aspetos: a adequação dos horários do estabelecimento prisional às tarefas educativas; existência de trabalho cooperativo entre o corpo docente e os técnicos de reinserção; o envolvimento

de parceiros exteriores nas atividades desenvolvidas e a adequação das atividades desportivas e culturais a este contexto.

Das entrevistas foi possível aferir o seguinte: existe um protocolo de cooperação entre as duas instituições (escola e estabelecimento prisional) e uma colaboração muito próxima com o objetivo principal é o da reinserção social e profissional dos reclusos; persiste uma harmonização de interesses e estratégias mas as questões de segurança e financeiras restringem a colaboração entre as duas entidades; constata-se uma abertura, por parte da direção do estabelecimento prisional, na parceria com a escola secundária e existe empenho por parte das duas lideranças para se atingirem resultados escolares satisfatórios que implicam, conforme a situação do recluso, a melhoria do nível académico, a aquisição da escolaridade obrigatória, a valorização pessoal e a aquisição de novas competências; existe um protocolo conjunto com uma instituição universitária o qual permite que os reclusos acedam a cursos do ensino superior; mantém-se uma visão do direito à educação - integrada no sistema público sendo o Estado responsável pela criação das condições para a sua concretização - permanente e ao longo da vida, sendo encarada como um processo de ressocialização mas, também, de reflexão; os projetos educativos da escola e do estabelecimento prisional contemplam a educação de adultos mas, no primeiro caso, o documento não enfatiza a educação em contexto prisional; os reclusos são provenientes, na sua maioria, de famílias destruídas e ligados à marginalidade e ao ingressarem no Curso de Educação e Formação de Adultos – o que pode ser feito em qualquer momento - preenchem uma ficha de perfil, a qual possibilita a análise e tipificação – em A, B e C em função das suas habilitações escolares - da sua experiência escolar e laboral, competências linguísticas e tecnológicas, para além dos seus interesses procurando-se adequar a formação ao perfil do formando; sobressai que a educação de adultos é sentida como um trabalho educativo menor mas existe satisfação profissional docente no trabalho com os adultos reclusos, tendo estes necessidade de se afirmarem interagindo, fortemente, com os formadores e com os outros presos; os recursos tecnológicos são insuficientes e obsoletos, considerando-se que o acesso (limitado) a ferramentas tecnológicas atualizadas um importante fator de melhoria do trabalho colaborativo e da qualidade do ensino na prisão constatando-se, no entanto, que a formação tecnológica não está contemplada no projeto educativo do estabelecimento prisional no nível secundário da Educação e Formação de Adultos; as normas de conduta impõem restrições à ação educativa e existem restrições financeiras que dificultam a ação educativa; o corpo docente planifica e implementa uma oferta diversificada de atividades- como por exemplo, o visionamento de documentários e filmes pedagógicos - e, algumas delas, envolvem parceiros externos tais como o centro de saúde e o município, entre outros; no trabalho educativo com os reclusos existem três áreas de competência-chave: cidadania e profissionalidade; sociedade, tecnologia e ciência; cultura, língua e comunicação e a área de construção de um portefólio reflexivo de aprendizagem sendo o desenho curricular um documento fundamental do qual constam os

referenciais por área de competência-chave.

Da análise documental não foi possível obter informação respeitante às taxas de frequência da escolaridade obrigatória ao nível do ensino secundário e às taxas de conclusão da escolaridade obrigatória ao nível do ensino secundário, mas foi possível verificar que os documentos orientadores (do qual faz parte o projeto educativo da escola) não explicitam a educação em contexto prisional e foram reafirmadas as considerações das entrevistadas.

DISCUSSÃO

No que diz respeito à natureza da relação institucional entre o estabelecimento prisional regional e a escola secundária existe um protocolo de cooperação entre as duas instituições, no qual é firmado que a escola secundária é a entidade responsável pela lecionação dos cursos de EFA de nível secundário, tendo lugar uma compatibilização de interesses e de estratégias na concretização de estratégias que sirvam a população prisional e que objetivam a reinserção social dos O projeto educativo da escola secundária contempla a missão de lecionação dos cursos EFA com o propósito de contribuir para a formação integral dos adultos e de promover os valores da inclusão, da cooperação e da responsabilidade, entre outros. Esta intenção, em contexto prisional, afigura-se contrária à perspectiva de que é irrealizável a harmonização da finalidade da educação na prisão com o desenvolvimento do indivíduo (Foucault apud Scarfó, 2006). No entanto, confirma-se que o mesmo documento orientador da escola não especifica a educação e formação de adultos em contexto prisional, pelo que esta condição distintiva não é suficientemente clara no projeto educativo da escola secundária. Esta realidade está em conformidade com o entendimento de que a educação em contexto prisional não constitui uma primeira prioridade (Goffman, 2005 apud Hoffman, 2008). Em contrapartida, o projeto educativo do estabelecimento prisional regional está em conformidade com a ideia de que a educação na prisão deve levar em conta as distintas dimensões do preso, os seus direitos e o seu desenvolvimento global (Scarfó, 2006). Constata-se, de forma inesperada, que a formação tecnológica não é considerada no projeto educativo do estabelecimento prisional verificando-se, também, uma falta de articulação explícita entre o projeto educativo do estabelecimento prisional regional e o projeto educativo da escola secundária da sua área geográfica. Destaca-se, ainda, a educação permanente e ao longo da vida do indivíduo proporcionada pelo ensino público como um processo humanista único para a ressocialização do recluso possibilitando, também, a conquista de uma prática reflexiva sobre o seu percurso de vida, bem como a capacidade para pensar e atuar perante a adversidade.

Quanto à organização do espaço no estabelecimento prisional existem salas de aula e a biblioteca – onde os reclusos não podem ser deixados sozinhos – é considerado o melhor espaço educativo existindo uma grande preocupação com a oferta diversificada

de atividades, para além das escolares como meio para a promoção da socialização do recluso. Todos os participantes nesta investigação corroboram que existe um trabalho colaborativo no contexto prisional quer seja entre os reclusos, entre os docentes e entre os docentes e os guardas prisionais. Estas sinergias são promovidas e apoiadas pela liderança escolar. Também se observa que na educação escolar do estabelecimento prisional existem parcerias com entidades externas, designadamente, com o centro de saúde e com o município.

Quanto aos desafios e limitações que são impostas às orientações educativas das lideranças escolares da escola secundária no estabelecimento prisional regional temos a referir as questões de segurança e financeiras, as quais restringem a colaboração entre as duas entidades com consequências no processo de ensino e aprendizagem dos reclusos. Deste modo, em relação às questões de segurança prevalece o ponto de vista de que as normas e procedimentos de segurança em contexto prisional priorizam em relação a qualquer outra incumbência da instituição criando impedimentos às escolas (Aued & Scarfó, 2013). No entanto, as dificuldades financeiras contrastam com a orientação de que a violação dos direitos dos indivíduos não pode ser fundamentada com a falta de recursos (ponto 4, Parte I, Regras Penitenciárias Europeias). A este propósito há que referir que um dos grandes obstáculos apontados são os fracos recursos físicos, educativos e tecnológicos existentes para a lecionação do currículo educativo ocorrendo, por vezes, o apoio material por parte da escola. Esta situação leva-nos a ponderar a perspectiva de que a educação proporcionada na prisão a jovens e adultos poderá não consubstanciar uma educação de qualidade (Ireland, 2011) e que a sociedade civil e o Estado não diligenciam todos os esforços na efetivação do direito à educação dos reclusos (Graciano & Schilling, 2008). Existem, ainda assim, limitações impostas ao acesso e utilização por parte dos reclusos às tecnologias de informação e comunicação, bem como a outros recursos educativos necessários à sua formação escolar como, por exemplo, a utilização de fotocópias. Prevalece, assim, a segurança em detrimento da reabilitação social (Foucault, 2005, Goffman, 2005, Thompson, 2002) permanecendo a prisão ainda hoje, neste aspeto e noutros, uma instituição total (Combessie, 2000a, 2003, Chantraine, 2004 apud Combessie, 2009). Também existem fortes condicionantes no trabalho educativo que advêm das transferências de reclusos entre estabelecimentos prisionais, da saída de reclusos preventivos, da colocação de reclusos em RAI e das greves dos guardas prisionais. Do mesmo modo, as visitas externas e os eventos desportivos afetam a assiduidade dos reclusos, os quais são considerados, na sua maioria, assíduos, bem comportados e empenhados na sua própria aprendizagem e com forte elo de coesão grupal revelando, também, grande espírito solidário.

Os docentes consideram que o plano de formação contínua tem-se revelado adequado às suas necessidades no quadro do contexto prisional, mas existem constrangimentos na sua colaboração com a direção do estabelecimento prisional. Apesar desta situação, os docentes testemunham que tem lugar uma boa articulação entre as lideranças escolares e

as do estabelecimento prisional. Por outro lado, o protocolo conjunto da direção da escola secundária e da direção do estabelecimento prisional com uma instituição universitária, fruto de um trabalho conjunto vigoroso, o qual permitiu o acesso dos reclusos ao ensino superior foi um dos últimos grandes desígnios salientado pelas lideranças escolares e do estabelecimento prisional, pelo que a consolidação deste percurso é considerado um verdadeiro desafio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi, anteriormente, escrito concluímos que o impacto das diretivas das lideranças escolares da escola secundária consubstancia-se num adequado plano de formação contínua docente para os professores que lecionam no estabelecimento prisional regional, no apoio material necessário ao trabalho educativo dos professores no contexto prisional (embora limitado pelas verbas do orçamento escolar), no fomento do estreito trabalho colaborativo com a direção do estabelecimento prisional regional mas, também, entre todos os agentes intervenientes neste processo, quer sejam professores, alunos e guardas prisionais ou instituições exteriores, tais como o centro de saúde e o município. No entanto, é de referir que a intenção e a ação das lideranças escolares relativamente à educação na prisão não se encontram explicitadas nos documentos orientadores da escola secundária

Em suma e respondendo ao problema principal que serviu de ponto de partida para este trabalho de investigação – avaliar o impacto das diretivas das lideranças escolares de uma escola secundária na educação escolar dos reclusos de um estabelecimento prisional regional da sua área geográfica – evidencia-se que a educação na prisão está sujeita a um conjunto de limitações relacionadas com regras e procedimentos próprios do sistema prisional, para além de se debater com fracos recursos financeiros, físicos e tecnológicos, os quais restringem a ação educativa na instituição prisional. Por outro lado, em termos escolares a educação em contexto prisional não tem qualquer relevo nos documentos orientadores da escola secundária, não se distinguindo dos cursos EFA que são lecionados em regime noturno na instituição escolar. Estas circunstâncias, coadjuvadas pela perspetiva depreciativa sentida em relação ao trabalho educativo no estabelecimento prisional regional acrescida pelas dificuldades anteriormente mencionadas, contribuem para que a educação na prisão possa ser percecionada como uma segunda prioridade educativa, o que contraria a intenção e a ação demonstrada pelas lideranças escolares no cumprimento de diretivas nacionais e internacionais, as quais visam o direito à educação – e a uma educação de qualidade – dos indivíduos privados de liberdade. Podemos afirmar que um dos grandes desafios colocados à educação escolar na prisão é a de criar condições para uma educação de jovens e adultos provenientes, na sua grande maioria, de classes sociais e económicas desfavorecidas, com baixa autoestima e sucessivos fracassos escolares. Uma

educação que seja integradora das diferenças culturais, étnicas e sociais e impulsionadora do desenvolvimento pessoal e profissional destes jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

Arroyo, M. (2017). Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes.

Bardin, L. (2018). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). Metodologia da investigação: guia para a autoaprendiza-gem. Lisboa: Universidade Aberta.

Combessie, P. (2009). Sociologie de la prison. (3:^a Edição). Paris: La Découverte.

Conselho da Europa (2006). Regras Penitenciárias Europeias. Disponível em: <http://www.dgsp.mj.pt/paginas/documentos/informacoes/legislacao/RPEuropeias.pdf>.

Goffman, E. (2017). Estigma- Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. (4^a Edição). Rio de Janeiro: LTC.

Hill, M. & Hill, A. (2005). Investigação por Questionário. Lisboa: Edições Sílabo.

Hoffmann, M. (2008). Características dos processos de aprendizagem de comportamentos inusitados de reclusos em uma organização prisional. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91699>.

Meirinhos, M., Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. Eduser - Revista de Educação, [S.l.], vol. 2, n. 2, dec. 2016. Disponível em: <https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24>.

Ponte, J. P. (2006). Estudos de caso em educação matemática. Bolema, 25, pp. 105-132. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/3007/1/06-Ponte%28BOLEMA-Estudo%20de%20caso%29.pdf>.

Scarfó, F. & Aued, V. (2013). El derecho a la educación en las cárceles: abordaje situacional. Aportes para la reflexión sobre la educación como derecho humano en contextos de la cárcel. Revista Eletrónica de Educação. São Carlos, SP: UFSCar, v.7,n.º1, pp. 88-98. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br>.

Scarfó, F. (2006). Trabajo de Investigación Final de Tesina - Los fines de la educación básica en las cárceles en la Provincia de Buenos Aires. Disponível em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=tesis&d=Jte400>.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br